



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS – DCAm
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO E ANÁLISE AMBIENTAL
Rod. Washington Luís, Km. 235 – Cx. Postal. 676
CEP: 13565-905 – São Carlos – SP – Fone: (016) 3351-9776



Trabalho de Conclusão de Curso

TÍTULO DO TRABALHO:

Os desafios da educação ambiental na República Democrática do Congo

Aluno: Peguy Ndaya Moloway

Orientador: Rodolfo Antônio de Figueiredo

**SÃO CARLOS - SP
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO E ANÁLISE AMBIENTAL**

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA
DO CONGO**

Nome do Aluno: Peguy Ndaya Moloway

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Gestão e Análise Ambiental.

Orientador: Rodolfo Antônio de Figueiredo

**SÃO CARLOS-SP
2023**

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA
DO CONGO**

PEGUY NDAYA MOLOWAY

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 17 de agosto de 2023 ao Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Gestão e Análise Ambiental.



.....
Rodolfo Antônio de Figueiredo

EPÍGRAFE

“(...) formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam (...)”

(citado por SEARA FILHO, G. 1987).

Agradecimentos

Este trabalho não é apenas a realização de um caminho acadêmico, mas também o testemunho de uma progressão pessoal, que é atormentada por muitas dúvidas, questionamentos e de tantas insônias! Mas, além de tudo, este caminho também foi repleto de belas amizades, ricas descobertas e compromissos pelos quais somos profundamente gratos; pois não é pelo formalismo, mas pela convicção, que nossa consideração e nosso sentimento de gratidão vão para todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradecemos primeiramente o Dono de todas as vidas, o Rei e Mestre de todos os espíritos, a divindade personificada Jesus Cristo por suas inspirações nesse caminho que não foi tão fácil, mas ele me deu a força necessária para enfrentar tudo isso com um coração cheio de Fé e de esperança.

Um orgulho excepcional para minha querida amada mãe, pois nunca encontraremos palavras certas para expressar o nosso profundo apego e gratidão por seu amor, ternura e especialmente por sua presença em nossos momentos mais difíceis. Além de palavras e frases, nenhuma palavra poderá expressar o nosso apego eterno, o profundo amor, o afeto perpétuo e a infinita gratidão que lhe devemos.

Para meu amado, lindo e querido futuro marido, pelo seu apoio que tem sido inabalável tanto moral quanto emocionalmente, seus os sacrifícios inquantificáveis realizados e especialmente com a sua contribuição que foi bastante positiva e relevante para nós, tem efetivamente conduzido à realização material deste trabalho.

À nosso falecido pai (in memoriam), que o destino divino arrancou de nosso afeto e que levamos a vida toda como um tesouro em nossos corações. Nosso desejo ardente de querer mantê-lo conosco por muito tempo foi frustrado pelo projeto da Providência.

Agradecemos a todas as autoridades acadêmicas de nossa Universidade Federal de São Carlos, a todos os professores do curso de Gestão e Análise Ambiental, pela boa organização dos ensinamentos; nossos agradecimentos vão pessoalmente ao Professor Rodolfo Antonio de Figueiredo por ter aceitado a direção deste trabalho. Que ele encontre neste modesto trabalho uma viva e vibrante

homenagem à sua alta inteligência, sabedoria, personalidade e seu agudo senso de humanismo pedagógico.

A minha professora Sonia Buck que me inspira e incentiva a cada dia seguir em busca dos meus objetivos e meus sonhos, o que ela gravou em nós nenhum vento, por mais violento que seja, será capaz de apagá-lo.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

Eu dedico esse trabalho.

RESUMO

Como muitos países ao redor do mundo, a República Democrática do Congo é um dos países que sofre graves problemas ambientais devido às atividades humanas; quase vinte por cento (20%) da sua população vive e está concentrada na capital, esse fato gera uma superexploração dos recursos naturais e causa vários impactos negativos como a poluição nos ecossistemas. É nessa perspectiva que consideramos a educação ambiental como uma resposta às questões ambientais e sociais contemporâneas. Assim, o presente estudo terá como objetivo principal buscar a saber se a República Democrática do Congo se engajou na educação ambiental, e de uma forma específica identificar as estratégias adotadas para potencializar essa educação ambiental e identificar os avanços da educação ambiental. Na busca dos objetivos propostos, o estudo se desenvolveu a partir das metodologias de estudos bibliográficos, exploratório e documental; estes métodos auxiliaram para a formação de conceitos e definições através de autores, livros e artigos, bem como os documentos legais. A partir dos dados recolhidos, foi possível identificar que o país não possui uma política nacional sobre a educação ambiental, nem estratégias claras e bem definidas, além de uma fragilidade quanto ao financiamento para investimentos nesse setor; e o conceito de educação ambiental no público congolês é pouco conhecido. Esse cenário leva-nos a concluir pela necessidade de maior atenção do governo federal e estadual quanto às suas principais responsabilidades. Ou seja, sem uma estratégia acessível sobre o tema educação ambiental, não haverá possibilidades para se alcançar o desejado desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Educação, educação ambiental, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, gestão, gestão ambiental, República Democrática do Congo.

Abstract

Like many countries around the world, the Democratic Republic of Congo is one of the countries that suffers from serious environmental problems due to human activities; almost twenty percent (20%) of its population lives and is concentrated in the capital, this fact generates an over exploitation of natural resources and causes several negative impacts such as pollution in ecosystems. It is in this perspective that we consider environmental education as a response to contemporary environmental and social issues. Thus, the present study will have as its main objective to find out if the Democratic Republic of Congo has engaged in environmental education, and in a specific way to identify the strategies adopted to enhance this environmental education and identify the advances in environmental education. In pursuit of the proposed objectives, the study was developed from the methodologies of bibliographic, exploratory and documental studies; these methods helped to form concepts and definitions through authors, books and articles, as well as legal documents. From the data collected, it was possible to identify that the country does not have a national policy on environmental education, nor clear and well-defined strategies, in addition to a weakness in terms of financing for investments in this sector; and the concept of environmental education in the Congolese public is little known. This scenario leads us to conclude that the federal and state governments need to pay more attention to their main responsibilities. That is, without an accessible strategy on the subject of environmental education, there will be no possibility of achieving the desired sustainable development.

Keywords: Education, environmental education, environment, sustainable development, management, environmental management, Democratic Republic of Congo.

Lista de figuras

Figura 1. Localização da República Democrática do Congo no continente Africano.

Figura 2. Mapa das línguas nacionais da República Democrática do Congo

Gráfico 1. Religiões

Lista de abreviaturas e siglas

Art	Artigo
CAB/MIN	Gabinete ministerial
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
GEEC	Grupo dos Estudos Ambientais do Congo
ICCN	Instituto Congolês para a Conservação da Natureza
MECNT	Ministério do Ambiente, Conservação da Natureza e Turismo
Nº	Número
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNCED	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

Sumário

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS	12
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
4. METODOLOGIA	21
4.1. ÁREA DE ESTUDO	
4.2. ANÁLISE DOS DADOS	
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	28
6. CONCLUSÕES	41
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
APÊNDICES	
ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

Algumas crises ambientais pelas quais o planeta passa hoje exigem que diversos atores encontrem soluções adequadas e duradouras para solucionar esses problemas atuais a fim de garantir o futuro da humanidade. Os seres humanos são uma das principais causas desses desastres, por isso é necessário que eles ajam e os fazem reagir de forma responsável ao longo de sua jornada nesta terra; mas esta intervenção passa e deve passar por uma educação ambiental que deve ser iniciada desde muito cedo e perpetuar-se ao longo da vida, com o objetivo de ajudar a desenvolver o seu espírito crítico, o seu sentido de iniciativa, permitindo-lhe tomar decisões de forma responsável ao compreender as interdependências sociais, ambientais, culturais, econômicas, ecológicas e éticas; isso requer uma integração efetiva e holística da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável. Pois, para sua sobrevivência, o ser humano necessita de diversas produções a partir dos demais elementos que lhe são complementares, como a natureza e a tecnologia; ainda, no processo de produção, são causados danos ao meio ambiente. No entanto, esses elementos (a natureza e a tecnologia) devem ser usados em harmonia, devem ser mantidos com cuidado, essa manutenção é alcançada por meio de diferentes formas de treinamento e educação relacionadas ao meio ambiente, sem as quais o desenvolvimento sustentável não seria possível. (LUKUAMA, 2018).

No entanto, é necessário desenvolver uma abordagem de desenvolvimento de recursos humanos que leve em consideração as necessidades de várias culturas e um desenvolvimento ecologicamente justo e estável; da mesma forma, é imprescindível reproduzir esse novo conhecimento em programas interdisciplinares, científicos e tecnológicos. (LUKUAMA, 2018).

Como sabemos atualmente, a educação ambiental é um dos pilares para o desenvolvimento sustentável, indispensável para a globalização, para a proteção do meio ambiente e para a manutenção da humanidade, promovendo uma distribuição equilibrada e benéfica do conhecimento.

Certamente, o conceito de proteção ambiental é de suma importância em muitas resoluções, tratados, acordos, conferências, tanto em nível nacional como internacional, sobre medidas destinadas a limitar a degradação ambiental.

A educação ambiental é essencial para a conscientização sobre questões ecológicas, sociais, econômicas, culturais e éticas, bem como ações, habilidades, atitudes e comportamentos condizentes com o desenvolvimento sustentável, a fim de garantir a participação efetiva do público na tomada de decisões. (PNUMA, 2006, p 17-23).

A educação ambiental nos países em desenvolvimento faz parte de uma questão que apresenta alguns entraves e fragilidades, isso se deve ao fato de que esses países em desenvolvimento priorizam muito mais determinadas áreas. Esta é a razão que nos impulsiona a abordar este estudo que tem como tema: “Os desafios da educação ambiental na República Democrática do Congo”.

Este assunto sendo de atualidade, nos interessa para que possamos entender sobre os contornos e os desafios da educação ambiental; iremos contribuir na construção, modernização e no desenvolvimento sustentável ao nível ambiental, socioeconômico e humano da República Democrática do Congo, “parte de uma das nove potências da água no mundo e da segunda maior floresta tropical do mundo”. (LUKUAMA, 2021, p.15).

Além do mais, a educação ambiental está se mostrando um trampolim para o desenvolvimento sustentável. Finalmente, deve ser manifestado um interesse particular para nós gestores de amanhã, que devemos dominar as engrenagens de gestão ambiental porque somos chamados a torná-la uma realidade, deixando os escritos para se materializar. Por isso, devemos estar muito bem equipados para lidar com esta estratégia de desenvolvimento.

2. OBJETIVOS

Assim, o presente estudo teve como objetivo principal buscar saber se a República Democrática do Congo se engajou no caminho da valorização da educação ambiental e de forma específica identificar as estratégias adotadas para potencializar essa educação ambiental e identificar os avanços da educação ambiental.

Na busca dos objetivos propostos, o estudo se desenvolveu a partir das metodologias de estudos bibliográficos, exploratório e documental; estes métodos auxiliaram para a formação de conceitos e definições através de diferentes autores, livros e artigos, bem como os documentos legais.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A definição dos conceitos possui importância capital, pois contribui para a compreensão e apresentação dos diferentes significados acerca dos temas importantes do trabalho de pesquisa. Assim, foram definidos e abordados os seguintes conceitos: educação, educação ambiental, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, gestão e gestão ambiental. Antes de iniciar esse capítulo é plausível definir as referências teóricas em geral nos quais são tratados neste trabalho; para dar o foco na educação ambiental, desenvolvimento sustentável e na gestão ambiental, e isso nos levam a expor algumas definições sobre a educação ambiental e gestão ambiental ressaltando suas importâncias; com objetivo de aprofundar nosso entendimento sobre os contornos do assunto.

3.1. EDUCAÇÃO

Não existe uma definição universal para a educação. De fato, podem ser encontradas várias definições de diferentes pontos de vista e diferentes perspectivas. Este é um conceito bastante controverso, porque a educação pode significar uma coisa para uma pessoa, mas outra coisa para outra. Por exemplo, alguém pode ver a educação como uma maneira de conseguir ou conquistar um bom emprego que deixe-o feliz. Por uma outra pessoa, a educação pode servir de ferramenta para promover uma cultura. A educação é, portanto, um conceito contextual. (BAILLARGEON, 2012).

A educação é "tanto o instrumento para o desenvolvimento integral da pessoa humana e de sua socialização". Pode ocorrer em qualquer idade, através das iniciativas de muitas instituições, tais como a família, a comunidade ou o local de trabalho. Também pode ocorrer por meio da interação com o ambiente natural, principalmente quando essa interação é socialmente e culturalmente determinada. (UNESCO, 2019, p.12).

Segundo Reboul (2010, p.17) a educação é descrita como:

“A forma como cada ser humano aprende gradualmente a cultura, que é o que o diferencia dos outros animais, depende de um conjunto de processos e procedimentos. Esta definição de educação tem um forte carácter sócio-cultural. Enfatiza a relação com o ambiente cultural como condição para o ser humano viver plenamente na sociedade e participar nela.”

De um ponto de vista institucional, a Unesco (1997) define a educação como:

“Para que todas as pessoas do mundo tenham liberdade, escolha e responsabilidade sobre o seu destino, e possam aprender sem limites de lugar, política, cultura, religião, língua ou sexo, é indispensável um meio que permita isso.” (UNESCO, 1997, p.2).

3.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.2.1. BREVE HISTÓRIA DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na década de 70, os governos e organizações internacionais do mundo começaram a perceber a gravidade dos problemas ambientais e sociais. Reconhecendo a necessidade de uma iniciativa global para melhorar a qualidade ambiental da sociedade, eles tomaram a decisão de organizar a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, em 1972. Este evento histórico e marcante reuniu representantes de mais de 113 nações para discutir e solucionar questões ambientais urgentes. (RABINOVICH; NEIMAN, 2022, p.12).

Esse evento deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que inclui uma dimensão com foco na educação. A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) promoveu uma série de conferências sobre educação ambiental, incluindo a conferência de 1997 em Salónica, Grécia, sobre "Educação para um Futuro Sustentável". De acordo UNEP/UNESCO, é através desse momento que a educação ambiental se tornou um campo vital e dinâmico capaz de facilitar o progresso social e pode refletir melhor uma educação sensível às questões sociais. (ZIAKA, 2005, p.14).

A educação ambiental não devia apenas alertar as pessoas sobre a ruptura dos equilíbrios naturais: ao questionar práticas econômicas e tecnologias devastadoras, gananciosas e suicidas, deve incluir uma formação em responsabilidade e ação, deve ir tão longe, na expansão para a educação cívica. O encontro internacional em Belgrado em 1975 e a conferência em Tbilisi em 1977 reforçarão e apoiarão a educação ambiental, foi também criada uma carta relacionada com a educação ambiental. Propõe princípios e orientações para a implementação da educação ambiental.

Posteriormente, o Relatório Brundtland de 1978 apresentou pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável. A educação ambiental foi então colocada na perspectiva do Desenvolvimento Sustentável. Este conceito foi retomado na Cúpula da Terra de 1992 no Rio de Janeiro (Rio 92 ou Eco 92), com a presença de 108 líderes mundiais, mais de 10.000 participantes, mais de 1400 Organizações Não Governamentais (ONGs), e 172 países. (RABINOVICI; NEIMAN, 2022, p.12).

Desde então, a importância da educação ambiental na resposta aos problemas ambientais globais continua a ser relevante. O conceito de Desenvolvimento Sustentável também fará parte desta linha. Concomitantemente, aconteceram outras conferências, que propuseram, em especial na conferência do Rio, em 1992, o documento acerca da educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Desde então, o assunto tem sido tratado por diversos órgãos governamentais e não governamentais. (LIRA RUIZ, 2012, p.15).

3.2.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL O QUE É?

Educação ambiental não era um conceito bem definido até a metade do século XX. Muitas vezes era confundida com atividades que procuravam incutir nos alunos o interesse pela natureza, ou então com aulas de ecologia, outro conceito frequentemente mal compreendido até hoje. Atualmente, é possível enumerar várias definições que englobam diferentes aspectos e vieses. (ESTEVES, 2011).

De acordo com a Unesco, a educação ambiental é um processo em constante desenvolvimento no qual os indivíduos e as comunidades adquirem conhecimentos, competências, experiências, valores e a motivação necessária para agir, seja individual ou coletivamente, na busca por soluções para os problemas ambientais atuais e futuros. (UNESCO, 1988).

Seguindo o conceito de educação ambiental estabelecido pela comissão interministerial durante a preparação da ECO-92, a educação ambiental abrange as dimensões socioeconômicas, políticas, culturais e históricas, não podendo ser baseada em regras rígidas e universalmente aplicáveis, mas sim considerar as condições e estágios de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva histórica. Dessa forma, a educação ambiental deve possibilitar a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e analisar a interdependência entre os

diferentes elementos que compõem o ambiente.com o objetivo de utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro. (LEÃO; SILVA, 1995, p.12).

De acordo com a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Art 1º

A educação ambiental é o conjunto de processos que permitem ao indivíduo e à sociedade construir valores, saberes, habilidades, atitudes e competências que contribuem para a preservação do meio ambiente, que é um patrimônio coletivo, essencial para a qualidade de vida e a sustentabilidade. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1999).

Segundo a conferência de Tbilisi a educação ambiental é como:

A educação ambiental é uma forma de transmitir os valores cívicos da nossa sociedade, que ajuda os indivíduos a compreender a complexidade do meio ambiente. Essa educação também deve desenvolver a consciência da inter-relação entre os aspectos econômicos, políticos e ecológicos do mundo atual, de forma a incentivar o senso de responsabilidade e a solidariedade entre as nações. (UNESCO, 1977, p.12).

A ideia original da declaração de Tbilissi em 1977 sobre a educação ambiental era:

A educação ambiental é um meio de ensinar os indivíduos e as comunidades a compreender o ambiente, que é formado por aspectos naturais e humanos, que se relacionam entre si por meio de elementos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais. Ela também busca formar os saberes, valores, atitudes e habilidades práticas que são essenciais para participar de forma responsável e eficaz na prevenção e resolução de problemas ambientais e na gestão da qualidade ambiental. (LIRA RUIZ, 2012, p.17).

Todas as definições colocam muitos desafios para a educação. Além disso, a sua implementação é iminente dada a escala dos danos ambientais que o planeta está correndo e a evidência dos desastres globais.

3.3. MEIO AMBIENTE

A maioria das pessoas define o meio ambiente como tudo o que pertence ao domínio da natureza, das plantas, dos animais e que não foram modificados pelo homem. Nos últimos anos, este conceito evoluiu para um conceito multidisciplinar. O meio ambiente também se refere ao ambiente social, cultural e tecnológico ao nosso redor. O meio ambiente não é apenas a matéria que nos cerca, é também a interação

que existe entre diferentes coisas como os seres vivos na terra, e os elementos como: o ar, a água e o solo. como exemplo o homem: ele precisa de água para beber, oxigênio para respirar, da natureza para se alimentar e se abrigar. Como tal, ele é um ciclo que engloba todas as formas de vida no planeta Terra. É a harmonia entre os seres vivos e os elementos naturais que lhes garantem sustento. Tudo tem um nascimento e uma morte, ou seja, tudo tem um começo e um fim, então os humanos também fazem parte deste ciclo. (LUKUAMA, 2018).

Uma definição legal do meio ambiente ajuda a delimitar o alcance do assunto, determinar a aplicação das regras legais e estabelecer o grau de responsabilidade quando ocorre o dano. A palavra ambiente é um derivado de [environner] `` cercar'', uma antiga palavra francesa que significa cercar. Em um sentido amplo, o ambiente natural, social e cultural pode abarcar todas as condições que impactam a existência de uma pessoa ou de um grupo. Portanto, problemas como engarrafamentos, criminalidade e ruído podem ser considerados como problemas ambientais. Geograficamente falando, o meio ambiente pode se referir a uma região limitada ou abranger todo o planeta, incluindo a atmosfera e a estratosfera. (SHELTON; KISS, 2006, p.26).

O meio ambiente, tal como definido pela constituição congoleza na sua lei nº 11/009 de 16 de julho de 2011 representa:

todos os elementos naturais ou artificiais e os equilíbrios biológicos e geoquímicos dos quais participam, bem como os fatores econômicos, sociais e culturais que favorecem a existência, a transformação e o desenvolvimento do ambiente, dos organismos vivos e das atividades humanas. (REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO, 2011).

Portanto, a palavra meio ambiente seria um conceito que deveríamos analisar de um ponto de vista multidisciplinar, pois seu estudo é muito complexo devido à sua natureza e à sua definição. Apesar da evolução do termo "*meio ambiente*" ao longo do tempo, o seu significado natural permanece.

3.4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O termo desenvolvimento sustentável, que em inglês se diz “sustainable development”, surgiu em 1980 na Estratégia Mundial de Conservação, um documento da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Alguns anos depois, esse termo se popularizou em 1987 com o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamado Nosso Futuro Comum (ou relatório Brundtland, por causa da sua presidente, a Sra. Gro Harlem Brundtland) Nesse relatório, encontramos a definição mais aceita de desenvolvimento sustentável: “um desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (GOVERNO DE QUEBEC, 2022).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, consolidou a ideia de desenvolvimento sustentável e dos três pilares (economia/ecologia/social): desenvolvimento que seja eficiente economicamente, equitativo socialmente e sustentável ecologicamente.

Segundo o Lukuama (2018), uma sociedade deve buscar um desenvolvimento que assegure a mesma qualidade de vida para as gerações futuras. Isto significa que existe uma consciência que o desenvolvimento econômico não deve ser feito à custa de questões sociais e ambientais. Pelo contrário, o desenvolvimento econômico deve ter em consideração ambos os critérios. O meio ambiente, a economia e a sociedade devem ser interligadas, ou seja, devem influenciar-se mutuamente. Para que o desenvolvimento seja considerado sustentável, deve ser viável, habitável e equitativo. Respectivamente, isto significa que é um desenvolvimento que assegura um ambiente saudável e confortável, que utiliza eficientemente os recursos naturais e que se baseia no respeito pelos outros. Poder-se-ia, portanto, dizer que os valores que sustentam o desenvolvimento sustentável são a eficiência econômica, o respeito pelo ambiente e a solidariedade social.

3.5. GESTÃO

De acordo com o dicionário Larousse, o termo “Gestão” foi emprestado do Latim [Gestio] que significa “ação/forma/ato/ de administrar, de gerir, dirigir, organizar algo; período durante o qual alguém administra um negócio”.

A gestão corresponde, originalmente, à administração das organizações; e desenvolveu-se na década de 1950 para abranger questões de gestão e liderança. Em suma, gestão é todo o conhecimento necessário para administrar um negócio.

3.6. GESTÃO AMBIENTAL

A gestão do ambiente é a maneira de organizar as diferentes relações entre os seres humanos e o meio ambiente. De acordo com Philippi et al. (2004, p.3), é um processo de gerenciamento que "realiza adaptações ou mudanças no ambiente natural para adequá-lo às obrigações individuais ou coletivas, resultando em um ambiente urbano com diferentes formas e escalas".

Segundo o Maureen G Reed (2013): "a gestão ambiental refere-se às decisões e as ações relativas à atribuição e desenvolvimento de recursos, bem como ao uso, a restauração, a reabilitação, o monitoramento e a manutenção, a avaliação da modificação do meio ambiente". A gestão ambiental inclui as decisões, as estratégias, os programas e os projetos relativos ao uso ou proteção do meio ambiente, a fim de alcançar objetivos sociais mais amplos.

De acordo com Dias (2006, p.54), a gestão ambiental busca desenvolver uma visão integrada do ambiente, com base em uma abordagem científica e analítica para diagnosticar, coletar dados e propor soluções que reduzam os impactos ambientais causados pelas atividades humanas no meio ambiente.

A gestão ambiental envolve a administração do uso dos recursos ambientais, por meio de ações ou medidas econômicas, investimentos e potenciais institucionais e jurídicos, com o objetivo de preservar ou recuperar a qualidade dos recursos e promover o desenvolvimento social. De acordo com Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 200), gestão ambiental é a interação das políticas públicas, do setor produtivo e da sociedade civil, visando assegurar o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais. Nessa perspectiva, a Resolução Conama nº 306/2002 define gestão ambiental como o gerenciamento do uso dos recursos naturais, dos perigos ambientais e dos lançamentos ao meio ambiente, por meio da aplicação de um sistema de gestão ambiental adequado.

É um método de administração empresarial que busca o desenvolvimento sustentável e age na sensibilização de profissionais e organizações, estimulando-os a adotar atitudes e práticas administrativas que visem minimizar ou eliminar o impacto ambiental das atividades corporativas nos recursos naturais. (ROBERTO, 2022).

Na Europa, durante os anos 70 e início dos anos 80, os empenhos se centralizaram no avanço de estruturas legais e normativas, apoiadas por um sistema de licenciamento ambiental. Para se adequar às normas ambientais cada vez mais exigentes e às licenças de operação vinculadas a critérios ecológicos, a indústria apostou em soluções tecnológicas superficiais que atendessem ao modelo de comando e controle da legislação ambiental mais severa. (SEBRAE, 2004, p.10).

A combinação de negócios com questões ambientais em escala global teve início após a Conferência das Nações Unidas em 1972 (Conferência de Estocolmo), quando uma comissão independente foi estabelecida: a Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Comissão Brundtland). Essa comissão foi responsável por revisar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento e publicou seu relatório *Nosso Futuro Comum* em 1987, considerado um marco. Esse relatório apresentou o conceito de Desenvolvimento Sustentável e estimulou as indústrias a criarem sistemas de gestão ambiental eficazes. O relatório contou com a adesão de mais de 50 líderes mundiais, que marcaram uma conferência geral para debater sobre a urgência do estabelecimento de ações a serem executadas (SEBRAE, 2004).

Como resultado, a ONU ordenou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced), também chamada de ECO 92, que ocorreu em junho de 1992 no Rio de Janeiro. Participantes de diversos países, incluindo líderes governamentais, figuras comerciais, membros de mais de cinco mil entidades não-governamentais, jornalistas internacionais e grupos privados, se encontram para debater como o mundo poderia caminhar em direção ao desenvolvimento sustentável. O fruto da ECO 92 foi a Agenda 21, um “pacto global e compromisso político de alto grau”, mostrando como os governos, as empresas, as organizações não governamentais e todos os setores da ação humana podem trabalhar juntos para resolver os problemas ambientais vitais que ameaçam a vida no planeta. (SEBRAE, 2004).

No início do século 21, o homem admite a sua responsabilidade pelo passado de uso abusivo dos recursos naturais. Procura o desenvolvimento sustentável, como forma de compensar os danos causados ao meio ambiente. Colocar em prática as ações ambientais diárias a partir do discurso do desenvolvimento sustentável é um processo que requer mudanças de atitude, de métodos; leva tempo e custa dinheiro, e nem sempre há recursos para esse fim. Discutir sobre desenvolvimento sustentável é discutir sobre coisas novas, é reavaliar conceitos. (SEBRAE, 2004, p.12).

A discussão se baseia sobre biotecnologia, tecnologias limpas, mudanças de padrões de produção e consumo, reciclagem, reuso, reaproveitamento e outras maneiras de aliviar a demanda por matérias-primas, e ao mesmo tempo diminuir os impactos provocados pelos despejos de substâncias e objetos no meio ambiente. É fundamental salientar que cada cidadão tem a responsabilidade de praticar procedimentos de gestão ambiental onde que desempenhe suas atividades: no lar, no trabalho, nas instituições de ensino, nos espaços de lazer e, também, nas ruas por onde circula. Faça a sua parte de forma consistente e incentive as crianças a seguir o caminho certo da sustentabilidade ambiental, como requisito para a sobrevivência da própria espécie humana no planeta Terra. (SEBRAE, 2004).

4. METODOLOGIA

O método como uma operação intelectual de processamento de dados relativos a uma realidade social estudada em relação a um objetivo específico. (LUKUAMA, 2021, p.32). Para a realização deste estudo vão ser utilizados métodos de pesquisa, a saber: a pesquisa documental, a pesquisa exploratória e pesquisa bibliográfica.

A pesquisa exploratória se desenvolveu de algumas formas e possibilitou manusear conteúdos, conhecimentos e informações essenciais para melhor compreensão do tema. Segundo Mattar (2001, apud MAXWELL, 2011), a pesquisa exploratória emprega métodos adaptáveis a diferentes situações e objetivos. Dentre eles, estão inclusos: pesquisa em fontes secundárias, pesquisa de experiências, estudo de casos selecionados e observação informal.

Para Zikmund (2000), a pesquisa exploratória contribui para diagnósticos de situações, exploração de alternativas e descoberta de novas ideias. Ela é realizada no início de um processo de pesquisa mais abrangente, cujo objetivo é esclarecer e definir o problema, além de gerar mais informações para futuras pesquisas conclusivas. Portanto, a pesquisa exploratória é útil mesmo quando o pesquisador possui algum conhecimento prévio sobre o assunto, pois podem existir várias explicações diferentes para um mesmo fato organizacional, e ela auxilia o pesquisador a conhecer algumas delas, se não todas. (MAXWELL, 2011).

Para a revisão da literatura relacionada ao tema estudado, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica. Nesta pesquisa, foram consultados diversos tipos de fontes, como livros, leis, periódicos e artigos. (MAXWELL, 2011).

A pesquisa bibliográfica, que consiste na revisão da literatura relacionada à temática abordada, e para tanto, foram utilizados diferentes livros, leis, periódicos e artigos. Nesse sentido, de acordo com Boccato (2006, p.266) a pesquisa bibliográfica

busca solucionar uma questão (hipótese) através da análise e discussão de referências teóricas publicadas. Visa compreender de maneira mais aprofundada o objeto de estudo, investigando como o tema foi abordado na literatura científica, com enfoques e perspectivas variadas. Portanto, é fundamental que o pesquisador faça um planejamento meticuloso da pesquisa, desde a escolha do tema até a estruturação lógica do trabalho, incluindo a definição da forma de comunicação e divulgação.

Além disso, a pesquisa documental foi também utilizada. De acordo com o Gil (1999):

Essa abordagem se assemelha à pesquisa bibliográfica, mas se diferencia pelo tipo de fonte utilizada: a bibliográfica faz uso principalmente das obras de diversos autores, enquanto a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não foram analisados, podendo adaptá-los aos objetivos da pesquisa. Esse método é especialmente útil quando o problema requer uma grande quantidade de dados dispersos no espaço. Todavia, é preciso ter cuidado com a qualidade das fontes, pois o uso de informações incorretas pode reiterar ou aumentar os erros. (MAXWELL, 2011).

5. ÁREA DE ESTUDO

5.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo, é apresentado aspectos geográficos, demográficos e hidrográficos da República Democrática do Congo.

5.1.1. BREVE DESCRIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

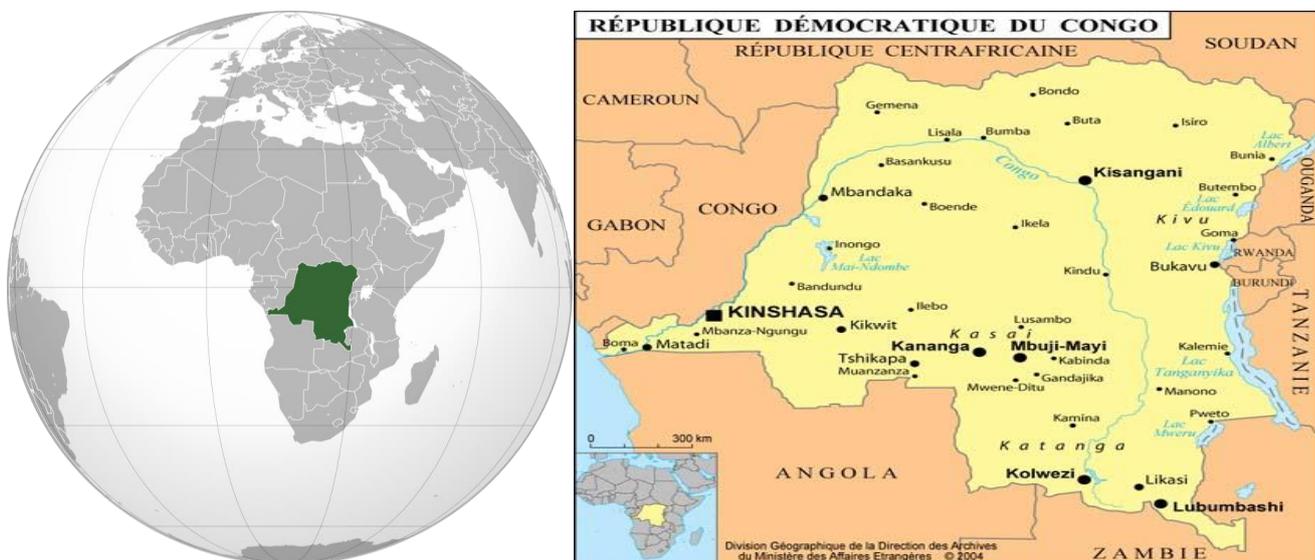
O Congo, atualmente conhecido como República Democrática do Congo, passou por várias mudanças de nome ao longo de sua história: foi chamado de Estado Independente do Congo (1885-1908), Congo Belga (1908-1960), Estado do Congo ou República do Congo (1960-1964), República Democrática do Congo (1964-1971) e Zaïre (1971-1997). A independência foi conquistada em 30 de junho de 1960. (LUKUAMA, 2013).

O país conhecido como República Democrática do Congo está localizado no centro da África e faz fronteira com a República Centro-Africana e Sudão do Sul ao norte, Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia ao lado, Angola e a região de Cabinda,

que faz parte de Angola, ao sul, e Congo-Brazzaville ao outro lado. O território do país abrange uma área de 2.345.409 km² e tinha mais de 92.370.000 habitantes em 2019. Além da capital Kinshasa, o país é composto por vinte e cinco províncias, totalizando 26 no total. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2023).

Após Nigéria, Etiópia e Egito, a República Democrática do Congo é o país com a maior população na África e o décimo sexto no mundo. Também é o país onde se fala mais francês como língua oficial, mesmo mais do que na França. A maioria dos grupos étnicos que compõem o povo do Congo pertence à família bantu, representando 81% da população, sendo os congoleses o maior grupo étnico.

Figura 1. Localização e o mapa da República Democrática do Congo no continente Africano.



5.1.2. CLIMA

A República Democrática do Congo, com seu clima equatorial e tropical, possui uma grande riqueza de recursos naturais. Ele ocupa a segunda posição no ranking de países com a maior biodiversidade do nosso planeta, ficando somente atrás do Brasil. (LAMBERTINI, 2000).

O clima da República Democrática do Congo é tropical e é caracterizado por ciclos alternados de estações úmidas e secas. A duração e o grau de intensidade dessas estações são influenciados pela posição geográfica do país em relação à zona de convergência intertropical (ZCIT), que se trata de uma faixa de pressão atmosférica

baixa. Consequentemente, o norte e o sul do país experimentam estações distintas. (GUITARRARA, 2022).

O país possui um clima agradável, com temperaturas médias entre 10°C e 25°C, e apresenta uma grande quantidade de chuvas, podendo chegar a até 1800 mm por ano nas áreas mais úmidas. Devido à sua localização na linha do Equador, o país vivencia diferentes estações climáticas ao longo do ano, o que beneficia a agricultura e assegura uma oferta constante de produtos agrícolas para o comércio. A RDC abrange várias zonas climáticas com características diferentes que criam condições muito distintas para a agricultura.”

Pode ser distinguida em três zonas climáticas, a saber:

- A zona equatorial, abrangendo o equador, estende-se até 2 ° de latitude norte e sul. Seu clima é quente e úmido, a precipitação total anual é mínima de 1.500 mm e a temperatura média superior a 25 ° C. A umidade está em torno do ponto de saturação.
- As zonas tropicais estendem-se ao norte e ao sul da zona equatorial até trópicos (23 ° 27' Norte e Sul). O ano é marcado pela estação das chuvas (800 a 1.500 mm) ou a estação quente e a estação seca ou fria variando de 1 a 3 meses no Norte e de 1 a 7 meses no Sul. A umidade relativa ainda está alta (Kinshasa 80%), mas menos do que na zona equatorial. A temperatura diurna pode aumentar a 40 ° C não ultrapassando 25 ° C à noite no Norte e descer em certas regiões com em torno de 3-4 ° C.
- A zona relativamente temperada, que inclui toda a parte leste, a uma altitude de 500 a 4.500 m, inclui as partes mais altas. Esta zona tem grandes irregularidades no regime de chuvas. (BEYENE, 2013).

5.1.3. RELEVO E HIDROGRAFIA

A República Democrática do Congo cobre uma área de 2.345.000 km². Ocupa a imensa bacia correspondente ao rio homônimo (Congo). Isso dá unidade ao país pelo tamanho de sua bacia (3.820.000 km²); seu fluxo permanece constante devido à inversão das estações chuvosas nas regiões acima e abaixo do equador.

O relevo congolês é composto predominantemente por planaltos e vales encaixados, com cadeias montanhosas situadas na região leste do país. A leste desta imensa planície florestal selvagem, erguem-se os maciços e montanhas, formando vales e desfiladeiros provenientes e causados pelo tectonismo do Vale do Rifte Albertino, os quais formaram os Grandes Lagos Africanos, os quais lagos Tanganika, Kivu, Eduardo e Alberto; o Planalto de Katanga-Chambezi, no sul na fronteira com Zâmbia e Angola, que forma o cinturão de cobre da África Central (COTTERILL, 2005), e as principais cadeias montanhosas como os montes Mitumba, Virunga e Ruwenzori esta última cadeia, faz parte da fronteira leste com Uganda, dividindo o ponto mais elevado entre os dois países: o monte Stanley (ou monte Margherita) e seus 5 109 m de altitude, a terceira maior montanha da África. (LUCIANA, 2010).

O rio Congo é o principal curso d'água que banha o território congolês. A maior parte da rede hidrográfica do país compõe a bacia hidrográfica do Congo, uma das maiores do mundo. (GUITARRARA, 2022).

5.1.4. SUBSOLO E VEGETAÇÃO

O país tem um subsolo rico em recursos minerais, que são a base das exportações e da indústria congolês. Entre esses minerais, se destacam o ouro, os diamantes, o cobre, o zinco e o estanho. Além da mineração, encontra-se também a Fabricação de alimentos, bebidas, cimento e metais são as atividades do setor secundário, nesse caso o PIB é composto principalmente pela indústria, que corresponde a 43,6% do valor total. (LUKUAMA, 2021).

No entanto, observa-se que o país possui muitas florestas, sendo a mais notável a Floresta do Congo, que ocupa o segundo lugar entre as maiores florestas tropicais do planeta. (GUITARRARA, 2022).

5.1.5. LÍNGUAS, RELIGIÕES E GRUPOS ÉTNICOS

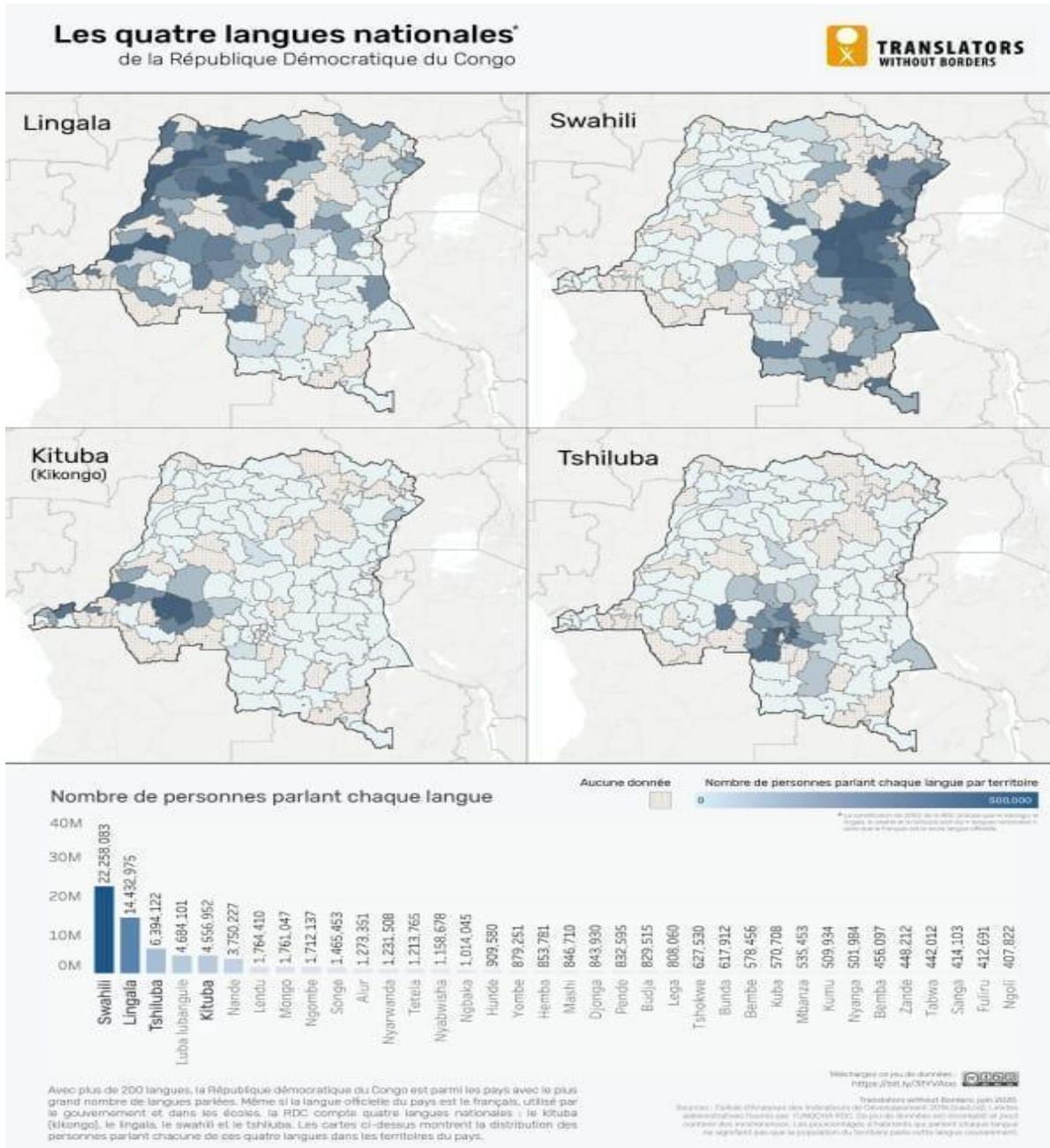
Quando observamos a distribuição das comunidades na RDC e na cartografia administrativa da RDC proposta por De Saint Moulin (1976; 2005), logo nos surpreendemos com a pluralidade e a diversidade linguística do País. Segundo Igor Matonda, os números geralmente variam entre 200, 300 ou até 450 línguas e dialetos correspondem ao número de diferentes grupos étnicos em RDC. Em suma, se é

absolutamente necessário desconsiderar a percepção linguística de cada povo que vive na RDC e os diferentes grupos étnicos para que se formem dois grupos linguísticos e chegaremos à conclusão do Atlas Linguístico do Zaire (1983: 21). Dizemos falar bem em vez de línguas, porque a situação é mais complexa do que se imagina; afirmar que o Baixo Zaire tem apenas uma língua com vários dialetos ou sustentar que estes podem ser considerados como sistemas distintos de comunicação articulada entre si, isso torna dois pontos de vista aparentemente contraditórios (...) esta área. (DIANSANA, 2011).

Por além, quatro se estabeleceram como línguas nacionais veicular: Swahili, cujo número de falantes é estimado em 35% da população congoleza, é falado nos grandes centros e especialmente no leste do país; o lingala (cerca de 30% dos falantes); o kikongo (cerca de 15% da falantes), e Tshiluba (15% dos falantes). (LUKUAMA, 2018).

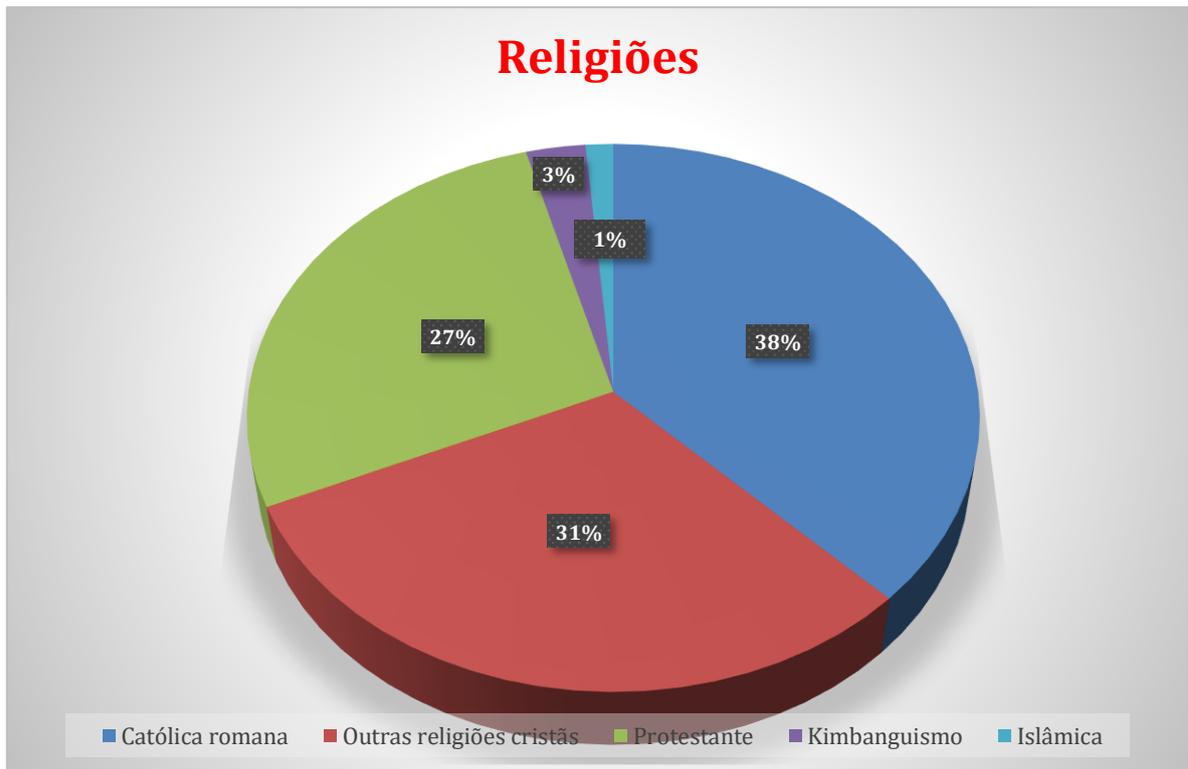
Além disso, o país conta com uma diversidade étnica de 250 grupos, sendo a maioria de origem banto. Os mongos, lubas, congos, mangbetus e azandes formam quase metade da população; os congos são o maior grupo étnico do país. Há também cerca de 600.000 pigmeus que habitam a República Democrática do Congo e vivem na região do Equador. (GUITARRARA, 2022).

Figura 2. Mapa das línguas nacionais da República Democrática do Congo



Fonte : Les quatre langues nationales de la RDC (FR) – Translators without Borders

A população do país é predominantemente cristã, 36,5%; praticam o catolicismo e 29,9%; o protestantismo 26,7%, Kimbanguismo: 2,8%, Islâmica: 1,3%. (GUITARRARA, 2022).

Grafico 1. Religiões

Fonte: Autor

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

A educação ambiental na República Democrática do Congo foi analisada a partir da estratégia de estudo documental e bibliográfico.

A República Democrática do Congo tem um quadro legal e regulamentar que obriga os promotores de projetos privados ou públicos a realizar um estudo de impacto ou uma nota de impacto ambiental e a solicitar o parecer prévio do ministro responsável pela proteção ambiental antes de iniciar qualquer projeto.

Quadro regulamentar para a gestão ambiental na República Democrática do Congo

Constituição da República Democrática do Congo (RDC)	A constituição, também conhecida como Constituição da Terceira República, foi aprovada pelo governo em 18 de fevereiro de 2006. O artigo 53 estabelece que: - Todos têm direito a um meio ambiente saudável, favorável ao seu pleno desenvolvimento. - O meio ambiente deve ser protegido. - O Estado deve zelar pela proteção do meio ambiente e da saúde das pessoas. O artigo 123.º da Constituição estabelece que devem ser adoptadas leis relativas, nomeadamente, à "proteção do ambiente e do turismo". O Artigo 203 autoriza a governança cooperativa do governo central e dos governos provinciais "para proteger o meio ambiente, sítios naturais e paisagens, bem como a conservação desses sítios".
A Lei número 11/009 de 09 de julho de 2011 Princípios da Lei de Proteção Ambiental (19 de julho de 2011)	Em julho de 2011, o governo da RDC promulgou a Lei-Quadro do Meio Ambiente (Lei nº 11/009 de 09 de julho de 2011 sobre os princípios fundamentais relativos à proteção do meio ambiente) que estabelece princípios relativos à gestão e à proteção do ambiente. A lei estende o marco regulatório ambiental para além do setor de mineração e também enfatiza um componente social no processo de avaliação, obrigando os desenvolvedores de projetos industriais a realizar um EIA e consulta pública- Assim, proíbe atividades que "prejudiquem" o meio ambiente Abrange áreas protegidas - Nenhum direito a ser dado dentro desses limites que agridem o meio ambiente - Princípio do poluidor-pagador (art. 12) - EIA exigida (art. 21 e 22) - Auditorias ambientais exigidas (art. 23) - Participação pública (art. 24) - Fundo para intervenções ambientais (art. 25) - Restauração obrigatória (art. 44)

<p>A Lei-quadro número 14/004 de 11 de fevereiro de 2014 Decreto nº 14/019 de 02 de agosto de 2014 que estabelece as normas de funcionamento dos mecanismos de proteção ambiental (decreto nº 14/019 de 02 de agosto de 2014 que regulamenta funções, mecanismos e procedimentos relacionados com a proteção do meio ambiente</p>	<p>Este decreto fornece procedimentos e requisitos para a realização de estudos ambientais (Avaliação Ambiental Estratégica,), participação pública, divulgação pública, etc. Em seu anexo, o decreto também traz listas categóricas de projetos a serem submetidos a estudos de avaliação. Especificamente, os projetos de energia solar foram categorizados como projetos na categoria de desenvolvimento de infraestrutura, agricultura e pecuária.</p>
<p>Código Florestal de 29 de agosto de 2002</p>	<p>Criação de florestas classificadas "" - Estatuto de proteção mundial de domínio público - Gestão pelo Ministério do Ambiente, Conservação da Natureza e Turismo (MECNT) hoje em dia Ministério de Meio ambiente e de Desenvolvimento Sustentável - Para além das florestas</p>
<p>Lei de Conservação da Natureza de 22 de agosto de 1969</p>	<p>Abrange parques nacionais (Reservas Naturais Integrais) - Gestão pelo ICCN (Instituto Congolês para a Conservação da Natureza) - Proíbe atividades incompatíveis com a proteção da natureza - Interpretação ampla</p>
<p>Lei nº 14/003 de 11 de fevereiro de 2014 Conservação da Natureza</p>	<p>Esta lei complementa a Constituição da República Democrática do Congo que reconhece a necessidade de conservar a diversidade biológica (artigo 202, alínea f) e, portanto, estabelece um quadro para a gestão dos recursos naturais. RDC A lei foi promulgada para apoiar as</p>

	<p>estratégias do governo nacional para a conservação da natureza. Esta lei revoga a lei nº 69-041 de 22 de agosto de 1969 relativa à conservação da natureza e introduz inovações importantes na proteção do meio ambiente. As inovações incluem a participação pública no processo de tomada de decisão, a participação das comunidades locais nas etapas estratégicas de criação e gestão de áreas protegidas, estudos de impacto socioambiental para todos os projetos relacionados à criação de áreas protegidas, acesso a recursos biológicos e genéticos, benefícios justos e equitativos derivados dos recursos. Medidas fortes e disposições penais são definidas em seis capítulos: Disposições gerais; medidas de conservação; Recursos biológicos e genéticos e conhecimento tradicional; Mecanismos financeiros; Infracções e penalidades e cláusulas finais de revogação</p>
<p>Por meio da Portaria nº 044/CAB/MIN/ECN-EF/2006, de 8 de dezembro de 2006, o MENCT criou um órgão responsável pela administração e aprovação de EIAs denominado Grupo dos Estudos Ambientais do Congo (GEEC).</p>	<p>Uma nova Portaria nº 008/CAB/MIN-EF/2007 de 3 de abril de 2007 modificou e completou a instituição do GEEC. O GEEC é uma estrutura técnica dentro do ministério responsável pela administração da AIA no país. Os seus principais objetivos são: - conduzir e coordenar atividades relacionadas com estudos de impacto ambiental e social - definir o procedimento Do EIA na RDC; - garantir que a execução de todos os projetos ou programas de desenvolvimento seja realizada de acordo com rígidos padrões ambientais e sociais; - Promover a capacitação das estruturas administrativas congoleesas e dos investidores públicos e privados do SESI; - promover a consulta e partilha de informação com o público sobre a gestão ambiental; e Apresentar um relatório anual sobre o estado do meio ambiente para o país</p>

<p>O Departamento de Desenvolvimento Sustentável foi criado pela Portaria nº CAB/MIN/AFF-ET/049/01 de 3 de dezembro de 2001</p>	<p>com o objetivo de assegurar a implementação das atividades, recomendações e resoluções da Comissão Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e da Conferência das Partes das Convenções sobre Biodiversidade, Mudança do Clima e Desertificação.</p>
<p>Portaria nº 07/018 de 16 de maio de 2007</p>	<p>Especifica as responsabilidades dos ministérios, onde o Presidente da RDC deu autoridade para a gestão de AIAs ao nomeado Ministério do Ambiente, Conservação da Natureza, Águas e Florestas (agora conhecido como Ministério do Ambiente, Conservação da Natureza e Turismo (MECNT)). No entanto, na mesma portaria, o Presidente delegou a responsabilidade por todas as questões relativas às minas, inclusive as ambientais, ao Ministério de Minas, em especial ao Diretor do Departamento de Proteção ao Meio Ambiente da Mineração (DPEM). Esta situação criou um conflito entre os dois ministérios onde o primeiro ministério tem competência geral no setor ambiental e o segundo tem competência ambiental limitada no setor de mineração</p>
<p>A Lei-quadro número 14/004 de 11 de fevereiro de 2014 sobre a Educação Nacional, na sua seção 4</p>	<p>Educação ambiental, Desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, no seu artigo 17.º preconiza que : ``A educação nacional proporciona educação ambiental, formação em desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas com o objetivo de preparar alunos, estudantes e docentes e outros para enfrentar os problemas do equilíbrio ecológico.</p>

Nesse sentido, destaca-se que alguns anos atrás, o setor ambiental do país possuía cerca de algumas portarias e decretos relacionados ao tema de educação ambiental. Estes regulamentos foram elaborados para responder em uma determinada situação, cada vez que surgia um problema; por exemplo, o artigo 53º da Constituição da República Democrática do Congo (RDC) integra esta dimensão cívica da relação entre o ser humano com o seu ambiente. Estipula que: "Todas as pessoas têm direito a um ambiente saudável, propício ao seu pleno desenvolvimento. Elas têm o dever de defendê-lo. O Estado garante a proteção do meio ambiente e da saúde da população". (CONSTITUIÇÃO DA RDC, 2006).

Outros documentos importantes são: a Lei número 11/009 de 09 de julho de 2011, sobre os princípios fundamentais relativos à proteção do meio ambiente, que no seu artigo 4, estipula que : `` O Estado garante a todos os cidadãos o direito à educação ambiental. Neste contexto, o Estado, a província e a entidade territorial descentralizada participam, na limites de suas respectivas competências, educação, treinamento/formação e conscientização das populações aos problemas ambientais, bem como à pesquisa ambiental. Órgãos públicos e privados criam para si uma função relativa ao monitoramento da gestão ambiental dos seus respectivos setores de atividade´´. (REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO, LOI N° 11/009 DU 09 JUILLET 2011 PORTANT PRINCIPES FONDAMENTAUX RELATIFS A LA PROTECTION DE L'ENVIRONNEMENT, 2011).

A Lei-quadro número 14/004 de 11 de fevereiro de 2014 sobre a Educação Nacional, na sua seção 4: Educação ambiental, Desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, no seu artigo 17.º preconiza que: ``A educação nacional proporciona educação ambiental, formação em desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas com o objetivo de preparar alunos, estudantes e docentes e outros para enfrentar os problemas do equilíbrio ecológico´´. (REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO, LOI-CADRE N° 14/004 DU 11 FÉVRIER 2014 DE L'ENSEIGNEMENT NATIONAL, 2014).

Porém, até o momento, o país não possui uma política nacional relativo à educação ambiental, mas têm só algumas leis acima mencionadas que foram promulgadas pelo Presidente da República.

A população da República Democrática do Congo consome anualmente uma média de 45 milhões de metros cúbicos de madeira sob a forma de energia doméstica. Isto é equivalente a cerca de 12 milhões de toneladas de equivalente de petróleo

(TOE). A lenha e o carvão vegetal são responsáveis por mais de 85% da produção e consumo como fonte de energia doméstica. Os madeireiros artesanais produzem a maior parte da madeira vendida no mercado local. Este setor é uma das principais causas de desflorestação e degradação florestal juntamente com a agricultura de corte e queima de árvores. (MINISTÈRE DE L'ENVIRONNEMENT ET DU DÉVELOPPEMENT DURABLE, 2016-2020).

A essas ameaças devem ser adicionadas como alguns fatores que impactam negativamente a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Estes incluem: a caça abusiva e não regulamentada, o manejo inadequado de áreas protegidas e áreas de conservação ex-situ; a descontinuidade dos inventários taxonômicos; e conflitos armados. (MINISTÈRE DE L'ENVIRONNEMENT ET DU DÉVELOPPEMENT DURABLE, 2016-2020).

A caça furtiva de espécies da fauna selvagem, que é o resultado de: (i) uma legislação de caça que não foi reforçada e não é eficazmente implementada; (ii) uma maior procura (aquisição) de carne de animais selvagens, que inclui comercialização alta e caça de animais selvagens ligados à cultura alimentar de certas tribos; (iii) uma forte preferência pela carne de animais selvagens em comparação com a carne de açougue; (iv) um elevado valor monetário de certos órgãos animais; (v) uma pesca não planejada e extensiva dos recursos haliêuticos.

A essas causas, é necessário acrescentar a poluição dos sistemas aquáticos por resíduos, nomeadamente domésticos, e poluentes das fábricas mineiras. Esse fenômeno é cada vez mais visível nas grandes cidades. (MINISTÈRE DE L'ENVIRONNEMENT ET DU DÉVELOPPEMENT DURABLE, 2016-2020).

Em 13 de julho de 2020, a questão da educação ambiental esteve no centro das discussões entre o Ministro da Educação Básica, Secundária e Técnica (MEPST), e o Ministro do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MEDD) [(atualmente, eles não estão mais em função)] e no final da reunião foi tomada a decisão de integrar este novo curso no currículo escolar congolês; segundo eles, o meio ambiente sendo um dos setores importantes no mundo, será estudado em todas as escolas do país, para permitir transmitir mensagens sobre a proteção e o respeito do patrimônio natural, bem como o saneamento do meio ambiente. As crianças, desde pequenos, estarão assim conscientes dos desafios do mundo de hoje em termos de proteção do solo, da água, do ar e das florestas e poderão tornar-se verdadeiros atores de um

ambiente mais sustentável, ao mesmo tempo que compreendem a complexidade das questões ambientais. (GABRIELLE, 2020).

Segundo Olive Mudekereza, deputado da Subcomissão responsável pelo meio ambiente no congresso, infelizmente esta decisão não foi implementada. Em uma altura em que estas noções visam informar as crianças, desde a sua escolaridade, para os valores da proteção do ambiente e sensibilizá-las para as ações que podem realizar junto com as suas famílias. (MUANDA, 2021).

Alguns congolese se perguntam por que uma questão e decisão tão importante, que pode afetar as condições de vida de milhões de seus concidadãos, demora tanto tempo a ser elaborada e votada pelo Congresso há tantos anos? E às vezes a população congolese fica atordoada com a rapidez com que certas leis ditas políticas são adotadas e promulgadas porque afetam os interesses egoístas de tais líderes. (LUKUAMA, 2021).

Segundo Laurent Kidima porém, desde o Rio 92, a República Democrática do Congo tem participado ativamente em quase todos os fóruns internacionais sobre as questões ambientais. Quantos relatórios detalhados você já viu sobre a participação/contribuição congolese em seus fóruns? Quantas reportagens da mídia internacional sobre a posição da República Democrática do Congo em seus fóruns. Na Bacia do Congo, Camarões e o Congo Brazzaville atraem geralmente as câmeras. Não somos apenas inaudíveis, mas também invisíveis no cenário internacional. (KIVUILA, 2016)

Laurent Kidima acrescentou que, quem diz panda, pensa na China, o urso pardo refere-se ao grande norte americano, o canguru na Austrália, no Congo é o okapi [*(Meio zebra, meio girafa, o okapi é o animal símbolo da República Democrática do Congo, único país do mundo onde vive em estado selvagem. Mas este mamífero está ameaçado por todos os males congolese: líderes gananciosos, milicianos armados, caçadores furtivos e garimpeiros ilegais. Há trinta anos, no leste do país, um cientista americano tenta protegê-lo)*] (MALLON, 2015)]. Mas, quantos congolese sabem exatamente o que realmente é o okapi? Como ele vive? Do que ele se alimenta? Como se reproduz? (KIVUILA, 2016)

De acordo com Kasele (2016), o problema da educação ambiental no Congo é sobretudo uma questão de responsabilidade: do governo, das escolas, dos pais, da sociedade civil, dos pesquisadores e dos intelectuais que ainda não perceberam a

importância crucial da educação ambiental em uma sociedade que visa a ser moderna, viável e preocupada em satisfazer as suas necessidades e as de sua prole. Mais de trinta anos após a institucionalização global da educação relativa ao ambiente pelo PNUMA e pela UNESCO, a educação ambiental ainda não é uma realidade na sociedade congoleza, seja na família, no trabalho, na escola, na universidade ou nas empresas. A República Democrática do Congo obviamente tem tudo a ganhar com a promoção e a implementação da educação ambiental nos vários componentes de sua sociedade; é a garantia de uma gestão racional e sábia da imensidão das riquezas naturais que possui.

Em termos de educação nacional, o meio ambiente no currículo escolar congolês, embora entendido como um conceito interdisciplinar, só é abordado de forma setorial, pontual e compartimentada em alguns cursos, em particular ciências naturais como geografia, zoologia, botânica, biologia e em menor grau, cívicas. Esta abordagem setorial dificulta o surgimento de comportamentos, atitudes e práticas que estejam em conformidade com uma certa ética ambiental em suas vidas cotidianas. Esse déficit também é equivalente para professores. (KIVUILA, 2016).

Para os meios de comunicação, estes meios podem se tornar, se bem canalizados, uma poderosa ferramenta educativa no campo do meio ambiente. Embora seja verdade que o tratamento da informação nos meios de comunicação (imprensa escrita, audiovisual ou multimídia) obedece a uma certa organização da redação que funciona de forma compartimentalizada com rubricas tradicionais bem definidas: política, economia, notícias, desporto, saúde, etc. (KIDIMA, 2021).

Essa nomenclatura varia significativamente conforme a linha editorial e a audiência dos meios de comunicação, mas a especialização dos jornalistas através de seções e rubricas continua sendo uma das principais características do tratamento e apresentação da informação na imprensa. Neste contexto organizacional, o meio ambiente, que é um conceito polissêmico e transversal, enfrenta uma primeira dificuldade em afirmar-se como uma seção autônoma. A esta dificuldade de inserção nas redações da imprensa, deve-se acrescentar a relativamente recente conscientização das preocupações ambientais em nível nacional. Com efeito, ao desafio da complexidade acresce o da novidade do próprio conceito de ambiente. A falta de formação de jornalistas interessados em cobrir questões ambientais também deve ser levada em conta. (KIDIMA, 2021).

Também de fato, a oferta programática em termos de produções ambientais na paisagem audiovisual congoleza é muito marginal, em comparação com a religião, a música, o teatro e a política. Os poucos programas produzidos limitam-se a algumas informações relativas à higiene e saneamento. Mas também aí a qualidade intrínseca das suas produções está sujeita a meditação e reflexão. As questões ambientais têm sempre uma dimensão científica que os nossos jornalistas e apresentadores dos meios de comunicação congolezes ainda não justificam. (KIDIMA, 2021).

A negligência e a falta de informação ambiental na República Democrática do Congo é também a incapacidade de desenvolver um plano de ação coordenada devido à realidade intrínseca da imprensa local.

Segundo Laurent Kidima, a educação ambiental nunca foi objeto de qualquer formação ou capacitação de docentes em Kinshasa e provavelmente outras províncias do país. Os professores estão cientes de que a promoção e implementação da educação ambiental no ambiente escolar pode ter um efeito salutar na qualidade da educação e ainda na gestão e proteção do meio ambiente e dos recursos naturais na República Democrática do Congo. No entanto, professores e educadores permanecem desarmados diante dessa situação. (KIVUILA, 2016).

O Ministério do ensino básico, secundário e técnico é a instituição legal que supervisiona o funcionamento do sistema de ensino escolar. Além disso, já não há necessidade de provar que o sistema educativo congolês está sofrendo há vários anos uma disfunção que está comprometendo a profissão docente e, conseqüentemente, o futuro dos alunos, líderes de amanhã. Assim, os professores, pouco formados, pouco motivados e mal equipados, obrigam-se a formar os alunos usando um programa de ensino como ferramenta de trabalho que já não satisfaz às necessidades e expectativas dos alunos. (LUKUAMA, 2018).

O Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, está relativamente ausente deste assunto, embora possa desempenhar um papel preponderante na promoção da educação ambiental nas escolas, uma vez que é à sua volta que se concentram as temáticas ambientais. Em princípio, cabe ao Ministério do ambiente e desenvolvimento sustentável manter parcerias com o Ministério do ensino básico, secundário e técnico no sentido de orientar este último num processo de integração da educação ambiental no ensino escolar. Mas a realidade é tal que o Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável parece inativo e pouco preocupado frente a esse problema. Podemos ainda salientar que o Centro Nacional

de Informação Ambiental (CNIE) é um órgão do Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que tenta com meios limitados refletir e atuar para a integração da educação ambiental no ambiente escolar congolês à escala nacional. Mas suas várias iniciativas permanecem em estado embrionário devido a recursos financeiros substanciais. (LUKUAMA,2018).

Kidima (2021) destaca que ao nível da família, primeiro meio de convivência das crianças, os pais que são os educadores naturais deste, não são capazes de criar e orientar os filhos segundo valores e princípios de respeito e proteção do meio ambiente. Os pais, que eram alunos há vinte a trinta anos, também não evoluíram em um universo educacional que privilegiasse a educação ambiental. Permanecemos, assim, em um círculo vicioso que mantém gerações inteiras em um sistema escolar obsoleto que não leva em consideração as questões e os desafios socioeconômicos e ambientais que norteiam o mundo atual.

É evidente que, atualmente, a educação ambiental não é uma preocupação importante para os pais. Isso explica pelo fato de que a maioria dos pais não teve o benefício de programas de educação ambiental durante a sua formação escolar e universitária. Não podemos dar o que não recebemos! (LUKUAMA, 2021).

A criança carece de um ponto de referência capaz de inculcar nela as noções básicas sobre o ambiente com vista a desenvolver os comportamentos e atitudes responsáveis em relação ao seu ambiente de vida e ao meio ambiente. A consciência ambiental não está presente na cultura e nos hábitos das famílias congolêsas e a escola, infelizmente, não está suficientemente equipada para compensar essa falta. (LUKUAMA, 2018).

As organizações nacionais e internacionais que trabalham na República Democrática do Congo há vários anos para apoiar as iniciativas públicas e privadas de proteção e conservação do meio ambiente, fizeram da educação ambiental um simples slogan. Eles são financiados na ordem de vários milhões de euros para que, por sua vez, financiem projetos a nível local e nacional. Mas esses projetos, em muitos casos, não têm nenhum impacto tangível de longo prazo. (KASELE, 2013).

O financiamento de projetos para promover e integrar a educação ambiental nas escolas e nos outros contextos sociais é uma forma de garantir que o meio ambiente e os recursos naturais são geridos de forma racional e sustentável. Escusado será dizer que os vários programas e projetos ambientais geridos pelas muitas organizações ambientais contribuem em certa medida para a gestão e

salvaguarda do ambiente, mas é essencial integrar uma dimensão de educação ambiental na sua concepção e implementação se se pretende que sejam eficazes, eficientes e sustentáveis. (KASELE, 2013).

Perante a complexidade que envolve a questão ambiental, acreditamos que uma abordagem comunicacional é também essencial, se quisermos alcançar resultados não só eficazes e eficientes, mas também sustentáveis; na medida em que a comunicação permite envolver melhor os diferentes atores de cima para baixo: “comunicação participativa”. De fato, o insucesso de muitos projetos resulta das deficiências de uma abordagem tão setorial e não participativa, que não tem em conta nem os desejos e motivações, nem as difíceis condições de vida das populações dos bairros desfavorecidos. Para além desta capacidade de “conseguir a participação”, a comunicação desempenha um papel importante na sensibilização, numa palavra, na educação das populações: “comunicação socioeducativa”. (ELONGO, 2016).

Mas seja qual for o papel irrefutável da política, a família é, de todas as instâncias, o quadro primordial da socialização ecológica. Com efeito, é na família que se dispensa a educação pela qual a criança interioriza os primeiros valores, os valores primordiais da vida, aqueles que a marcam mais profundamente. É aqui que a criança deve receber uma forma de catecismo ecológico. A educação familiar através da qual a criança aprende a dar os primeiros passos e se torna um ator social deve ensiná-la a conviver com os outros e com a natureza, a respeitar a todos. A criança vai internalizando os valores ecológicos enquanto trabalha para comer e se exercita para satisfazer suas necessidades biológicas primárias. É, portanto, na família onde a criança se conscientizará sobre a importância da natureza, da cultura da frugalidade e cultivará uma ecoconsciência capaz de fazê-la entender que encontrou, recebeu a natureza como patrimônio existencial. objeto de uma tarefa que impõe preservá-la tanto quanto a sua própria vida e a de toda a sua família. Patrimônio que deve legar, o menos degradado possível, às gerações futuras para a sua plena realização. (ELONGO, 2016).

Na República Democrática do Congo, a ordem legal/jurídica e regulamentar é desafiada. Existem textos legais bem antigos e não atualizados, mas sua aplicação apresenta sérios problemas. Se essa aplicabilidade for efetiva é coisa para a minoria/ o pequeno povo/povozinho/ povo de baixa renda. Além disso, muitos materiais estão desatualizados. Assim, no âmbito das estratégias legais e regulamentares, existem duas estratégias: ou inovar os textos legais e regulamentares ou removê-los com vista

à sua adaptação. Ainda não existem leis muito formalizadas sobre: poluição, gestão dos recursos pesqueiros, flora e fauna urbanas, etc. Além disso, o conteúdo de vários regulamentos atualmente em vigor é antigo. (MUNKUOMO, 2020).

No entanto, algumas medidas devem ser tomadas, seja para inovar ou renovar as leis ambientais ou para aplicar as leis existentes no terreno. Para a inovação ou renovação de leis, ao nível do poder legislativo, é necessário envolver especialistas (acadêmicos) no desenvolvimento ou reestruturação de leis, a fim de moldar ou orientar o conteúdo das leis sobre fundos de sustentabilidade ambiental. Os juristas / advogados só podem intervir na redação/elaboração do texto do direito ambiental. (MUNKUOMO, 2020).

De fato, é importante saber que a nova cultura ou cultura moderna da humanidade é ecológica. Não é um presente/uma doação. É adquirido através do processo de "educação". É assim, a Cúpula do Rio (1992) recomenda uma reformulação da educação para o desenvolvimento de uma nova 'consciência ecológica', convicções renovadas e o desenvolvimento de atitudes e modos de vida nas zonas urbanas. As novas perspectivas dos conhecimentos e das competências transversais ecológicas baseiam-se em: uma renovação do estilo de vida (modo de produção e modo de consumo). (MUNKUOMO, 2020).

A nova educação ambiental visa também conciliar "a humanidade e o meio ambiente" denunciando, entre outras coisas, os mitos da modernidade: progresso indefinido, competição, consumismo (o valor atribuído ao consumo pelo consumo), etc. Essa educação ambiental, tão desejada pelo Rio, visa o equilíbrio ecológico consigo mesmo, em solidariedade com os outros, no nível natural com todos os seres etc. ». (MUNKUOMO, 2020).

Para MUNKUOMO(2020), é necessária uma forte consciência para que a humanidade integre o novo significado de "ecologia integral".» em todos os níveis: famílias, escolas, praças públicas, igrejas, etc. Com efeito, a educação ambiental proporciona aos cidadãos um novo poder e um dever, ou seja, a responsabilidade para conduzir o destino da humanidade em sã consciência e conscientemente. A juventude deve capitalizar os recursos da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável e sobrevivência da nossa Terra. Porque, "só se comanda bem a natureza obedecendo às suas leis". É a esse nível que deve intervir a

informação regulatória ou a cultura verde: ou seja, conhecer e compreender primeiro o ambiente antes de agir; reconhecer a sua grande importância, protegê-la, com vista à governação ecológica. (MUNKUOMO, 2020).

Além de tudo o que foi dito sobre educação ambiental, hoje em dia, constatamos que, diante dos perigos que a ação humana representa para o planeta, algumas localidades da República Democrática do Congo, em acordo com o World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza) (WWF/GOMA [cidade da República Democrática do Congo]), assumiram a responsabilidade de lançar uma campanha de conscientização, mobilização, sensibilização, formação e informação para sua população local sobre a importância da proteção e preservação da natureza, e da educação ambiental dirigida principalmente no setor escolar da referida região. (KYALWAH, 2023).

No processo de sensibilização e conscientização sobre as questões ambientais, os jovens de Kivu do Norte [capital : Goma] foram incentivados a mudar seus comportamentos e a se envolver mais na luta contra os problemas ambientais que enfrentam, tais como: mudança climática, erosão, chuvas intensas, estações mais quentes e mais frias, aumento das temperaturas, secas prolongadas após chuvas sucessivas, perturbações agrícolas, poluição em todos os níveis, pelos quais somos responsáveis, apesar de toda a teoria que aprendemos, um pouco de prática também foi acrescentada, em colaboração com os alunos, educadores e participantes voluntários do clube Roots & Shoots da UCCND asbl, que coletam resíduos plásticos na escola e em seus arredores, com o objetivo de conscientizar os moradores locais sobre a necessidade de um gerenciamento adequado de resíduos. (KYALWAH, 2023).

Na mesma linha, uma ONG da cidade de Bunia [capital da província de Ituri] transforma resíduos plásticos em materiais de construção, uma inovação inédita no setor. Este projeto visa não apenas combater a poluição plástica, mas também atender a uma demanda social e gerar benefícios econômicos para o bem-estar da população local. (KYALWAH, 2023).

Entretanto no território de Lubero [Kivu do Norte], alguns jovens voluntários beneficiaram de formação ambiental para a proteção da natureza, ministrada pela

Fundação Virunga em parceria com o Centro de Investigação/pesquisa e Experimentação Transdisciplinar da Université Sainte-Croix de Mulo (CRET-MULO), Eles agora são Embaixadores Ambientais, o que significa que assumiram um compromisso pessoal de ajudar a natureza e incentivar outras pessoas a fazer o mesmo, enquanto lutam contra a ilegalidade ambiental da área. (KYALWAH, 2023).

No entanto, do lado da província de Tshopo, encontramos um relatório sobre um projeto de sensibilização e promoção da educação ambiental nas escolas, cujo objetivo é despertar a curiosidade dos alunos para saber mais sobre a diversidade e o valor natural da região, bem como sobre o uso sustentável e a preservação da biodiversidade. Dados sobre a importância socioeconômica, cultural, científica e turística das florestas, da vida selvagem/fauna e dos espaços verdes. (KYAMAKYA, 2017).

Além de ver essas iniciações no interior da República Democrática do Congo, descobrimos também que existem certas empresas particulares que lutam por uma causa ambiental ao fazer a coleta, transformação e reciclagem de resíduos plásticos (em primeiro lugar) na cidade de Kinshasa [a capital], enquanto trabalham em estreita colaboração com alguns catadores, eles fazem a coleta e entregam para as empresas ou levam até o ponto de coleta recebendo um valor módico pago pelas empresas e depois as empresas assumem a continuidade do processo. (FULA, 2022).

Porém, em algumas favelas da República Democrática do Congo, alguns artistas quiseram mostrar como com uma máscara e roupas feitas de materiais reciclados (como: plástico, vidro, saco e papel não degradáveis, metal, etc.) que poluem a cidade, eles se expressam na rua ou em eventos musicais. Eles usam sua arte para abordar temas como: pobreza, desigualdade, ecologia, reciclagem e justiça social. Sua criatividade e seu vínculo com suas origens devem garantir que sua arte mereça reconhecimento em todo o mundo. (CANTIN, 2021).

Tudo isso nos mostra que um passo para uma mudança positiva está sendo dado aos poucos (mesmo que ainda esteja em um estado embrionário), até que um dia a República Democrática do Congo poderá chegar a um patamar em que a educação ambiental não será mais apenas um slogan, mas sim um fato ou uma realidade.

Do ponto de vista pessoal, conhecendo como os líderes congolese pensam e agem, o projeto de educação ambiental nunca foi pensado em profundidade, pois nossos líderes ainda aguardam os financiamentos dos parceiros externos, dos doadores e das ONGs internacionais para o desenvolvimento deste setor, mas algumas pessoas estão cientes de que o desenvolvimento deve ser endógeno. Estes últimos (os líderes) se preocupam com outros assuntos urgentes. Por dedução, a educação ambiental continua sendo uma preocupação secundária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a nossa pesquisa, é possível identificar que a maioria dos problemas na implementação da educação ambiental se deve principalmente a um vácuo institucional que existe dentro dos ministérios responsáveis, sendo que estes últimos muitas vezes possuem atribuições e responsabilidades menos claras. A República Democrática do Congo não possui uma política nacional ou tornada a educação ambiental, nem uma estratégia clara sobre a sua gestão. Deve também notar-se que os compromissos políticos do país dependem mais dos doadores internacionais para o desenvolvimento deste setor; além disso, a educação ambiental ainda não ocupa o seu devido lugar não só na sociedade congolese mas também nos outros setores, tais como na educação/ensino em si e o setor audiovisual.

De fato, a implementação e a aplicabilidade da educação ambiental é tal crucial que o Estado deve investir grandes e colossais fundos para o estabelecimento de uma rede abrangente de observação, formação e informação desse setor. O governo central e local devem assumir suas principais responsabilidades e fazer suas tarefas de forma adequada e eficaz, pois sem uma boa gestão e governança, não é possível alcançar um desenvolvimento sustentável. Esperamos ver o setor de educação ambiental na República Democrática do Congo em geral e na cidade de Kinshasa em particular passar por importantes reformas, e estas reformas devem ser realizadas de forma planejada, mas também tecnicamente e financeiramente viável.

Do exposto, fazemos as seguintes sugestões para o governo central e local:

- Desenvolver um programa de educação ambiental, higiene e saneamento, explicando para sua população sobre a importância;
- Estabelecer um mecanismo para o intercâmbio e a visibilidade das

intervenções que permitem a integração de parâmetros de macro e micropolíticas, parâmetros econômicos e socioculturais em torno das questões ambientais;

- Integrar de forma harmoniosa e sustentável os métodos e tecnologias inovadoras para a governação, assegurando os estilos de vida das populações locais, e desenvolvimento tal como estabelecido na Lei 11/009 de 9 de Julho de 2011;
- Estabelecer as condições comunicativas básicas para o desenvolvimento das capacidades tradicionais reforço das capacidades dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos naturais;
- Reforçar conscientização da população da República Democrática do Congo sobre o gerenciamento de resíduos para que ela conheça suas responsabilidades diárias, as ações apropriadas e os procedimentos padrão como são feitos em todas as cidades desenvolvidas do mundo;
- Criar projetos educacionais para promover a educação ambiental em todos os níveis;
- Criação de um órgão fiscalizador;
- Criar uma estratégia para colocar a educação ambiental em prática;
- Criar um contacto direto ou indireto para estimular a percepção das pessoas através dos vídeos , ou através de visita de campo;
- Fazer algumas placas de indicação;
- Juntar pessoas em encontros como assembleias ou círculos de diálogo da prefeitura nos quais os conhecimentos sejam compartilhados e também daria uma abertura de uma janela para saber o que a população está querendo desta forma, você terá a oportunidade de contribuir para a melhoria da vida das pessoas e do local onde reside;
- Criar um museu de exposição acessíveis a população ou colocar dentro de um museu já existente para que essas artes sejam visíveis dessa forma o trabalho dessas artistas teria um outro valor.

Se quisermos pensar no desenvolvimento sustentável das cidades congolezas, os diferentes níveis de organização social (estado, municípios, organizações não governamentais, igrejas, famílias, cidadãos...) devem assumir suas respectivas responsabilidades éticas, para melhorar a governança ambiental urbana sustentável, em todos os níveis sociais urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAILLARGEON, N. **Une incontournable question préalable : qu'est-ce que l'éducation ?** Disponível em : <<https://voir.ca/normand-baillargeon/2012/11/05/une-incontournable-question-prealable-quest-ce-que-leducation/>>. Acesso em : 20 jul.2022.

BOCCATO, V.R.C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev Odontol da Univ São Paulo**, São Paulo, v.18, n.3, p.265-274, set/dez, 2006.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BEYENE, T; LUDWIG, F; FRANSSSEN, W. Les conséquences potentielles du changement climatique sur le régime hydrologique du bassin du fleuve Congo. Disponível em : <https://www.climate-service-center.de/imperia/md/content/csc/kongo/rapport-final_francais_scenarios-des-changements-climatiques.pdf> Acesso em : 11 mar. 2023

CAMBRIDGE ASSESSMENT ENGLISH. Les différents pays francophones, Disponível em: <<https://www.lingoda.com/fr/content/paysfrancophones/#:~:text=La%20RDC%20est%20le%20deuxi%C3%A8me,francophone%20mondiale%20%C3%A9side%20en%20Afrique>>. Acesso em : 11 mar. 2023

CANTIN, A. En République démocratique du Congo, des artistes rivalisent de créativité pour attirer l'attention sur les maux dont souffre le pays, misère, délabrement sanitaire, violences faites aux femmes, enfances gâchées, **GEO**, 2021. Disponível em: <<https://www.geo.fr/voyage/femme-plastique-homme-carton-en-rdc-avec-les-chevaliers-masques-de-kinshasa-203829>>. Acesso em: 09 jun.2023.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO. Journal officiel - Numéro Spécial - 16 juillet 2011 Constitution de la République Démocratique du Congo. Disponível em: <<http://aeco-rdc.net/wp-content/uploads/2018/02/2011-07-09-LOI-N%C2%B0-11-009-DU-09-JUILLET-2011-PORTANT-PRINCIPES-FONDAMENTAUX-RELATIFS-A-LA-PROTECTION-DE-L%E2%80%99ENVIRONNEMENT.pdf>> Acesso em: 17 jul.2022

COTTERILL, F. P. D. The Upemba lechwe, *Kobus anselli*: An antelope new to science emphasizes the conservation importance of Katanga, Democratic Republic of Congo. *Journal of Zoology* 265(2). February 2005 Disponível em : <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-zoology/article/abs/upemba-lechwe-kobus-anselli-an-antelope-new-to-science-emphasizes-the-conservation-importance-of-katanga-democratic-republic-of-congo/BBEA431E55C16076A63EFEB2AE7953D>> Acesso em: 11 mar. 2023

DIANSANA, M. La République Démocratique du Congo a combien des dialectes. Disponível em: <https://www.academia.edu/49341354/La_RDC_a_combien_des_dialectes>. Acesso em : 11 mar. 2023

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

DICIONARIO LAROUSSE. Définition de gestion. Disponível em: <<https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/gestion/36853>> Acesso em : 16 aug. 2022

ELONGO, L et al. La communication environnementale dans les pays en voie de développement: enjeux, modèles, applications. Kinshasa, République démocratique du Congo (RDC) : Université de Kinshasa, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, Département des Sciences de l'Information et de la Communication, 2016.

ESTEVEES, Luciano. M. **Meio ambiente & botânica**. São Paulo: Senac, 2011. E-book

FULA, N. RDC : le ramassage des déchets plastiques, une opportunité d'affaires à Kinshasa, Zoom-eco, 2022. Disponível em: <<https://zoom-eco.net/a-la-une/rdc-le-ramassage-des-dechets-plastiques-une-opportune-daffaires-a-kinshasa>>. Acesso em: 09 jun.2023.

GABRIELLE, V. L'éducation à l'environnement intégrée aux programmes scolaires, **Mediaterre**, 2020. Disponível em: <<https://www.mediaterra.org/actu,20200805220739,6.html>> Acesso em: 01 dez de 2022.

GOVERNO DE QUEBEC. Ministère de l'environnement et de la lutte contre les changements climatiques, de la faune et de parcs. Développement durable : définition et objectifs. Disponível em : <<https://www.environnement.gouv.qc.ca/developpement/definition.htm> > Acesso em : 17 julho de 2022

GUITARRARA, P. República Democrática do Congo; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/republica-congo.htm>. Acesso em: 11 mar.2023

INS - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estimation de la population**. República Democrática do Congo: INS, 2021. Disponível em: <<https://ins.cd/>>. Acesso em: 26 jan. 2023

KASELE, P. Education relative à l'environnement en milieu scolaire en République Démocratique du Congo, 2013. Disponível em: <<https://www.espace-ressources.org/wp-content/uploads/2015/05/P.KASELE-MBUNGU2013.pdf>>. Acesso em: 01 dez.2022.

KIDIMA, Laurent. Médias en République Démocratique du Congo et traitement des questions environnementales, 2021. Disponível em: <https://fr.linkedin.com/pulse/m%C3%A9dias-en-rdc-et-traitement-des-questions-laurent-kidima-mavinga?trk=pulse-article_more-articles_related-content-card>. Acesso em: 01 dez.2022.

KIVUILA, C. Insertion des questions environnementales dans le cursus éducationnel congolais, **Eventsrdc**, 2016. Disponível em: <<https://www.eventsrdc.com/laurent-k-mavinga-plaide-pour-linsertion-des-questions-environnementales-dans-le-cursus-educationnel-congolais/>>. Acesso em: 01 dez.2022.

KYALWAH, D. Bunia : Une ONG transforme les déchets de plastiques en matériaux de construction, **Naturelcd**, 2023. Disponível em:<<http://naturelcd.net/2023/07/14/bunia-une-ong-transforme-les-dechets-de-plastiques-en-materiaux-de-construction/>>. Acesso em: 29 jun.2023.

KYALWAH, D. RDC: L'éducation environnementale en milieu scolaire et universitaire une nécessité, **Naturelcd**, 2023. Disponível em:<<http://naturelcd.net/2023/04/30/rdc-leducation-environnementale-en-milieu-scolaire-et-universitaire-une-necessite/>>. Acesso em: 29 jun.2023.

KYAMAKYA, C. K. Projet de sensibilisation et d'éducation environnementale en milieux scolaires dans la Tshopo, Atelier MRV CHM, Université de Kisangani, République Démocratique du Congo, 2017

LAMBERTINI, M. A naturalist's guide to the tropics, in excerpt. Disponível em: <<https://press.uchicago.edu/Misc/Chicago/468283.html>>. Acesso em : 11 mar. 2023

LEÃO, A. L. Carneiro; SILVA, L. M. Alves. **Fazendo educação ambiental**. Recife: CPRH, 1995.

LIRA RUIZ, Brenda E. **L'éducation à l'environnement dans les écoles fondamentales à Bruxelles**. Belgique: Université Libre de Bruxelles, 2012.

LUCIANA, G. Aquecimento global divide geleira na África». HypeScience. Disponível em : <<https://hypescience.com/aquecimento-global-divide-geleira-na-africa/>> Acesso em: 11 mar. 2023

LUKUAMA, R. M. **Água e saneamento: um estudo sobre Kinshasa**. TCC (Graduação em Gestão Ambiental) - Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, 2021.

LUKUAMA, R. M. Est-ce que la République Démocratique du Congo va-t-elle atteindre tous ses objectifs du développement durable d'ici 2030 ? Amisduvert#009. 02 juillet 2018. Podcast. Disponible em: <<https://podmust.com/amisduvert/099-est-ce-querdcodd/P-yGOD41>>. Acesso em: 18 nov.2020.

LUKUAMA, R. M. **Processus de la décentralisation dans les pays en voie de développement : étude de cas la République Démocratique du Congo**. TCC (Sciences Politique et Administratives) – Université Chrétienne Cardinal Malula. Kinshasa, 2013, Inédit

MALLON, D et al. "Okapia johnstoni" (On-line). The IUCN Red List of Threatened Species. 2015 Disponible em: <<https://www.iucnredlist.org/species/15188/51140517>>. Acesso em: 12 nov.2022.

MAUREEN G. Reed. Définition de l'environnement, **Encyclopédie canadienne**, 2013. Disponible em : <<https://www.thecanadianencyclopedia.ca/fr/article/gestion-de-lenvironnement#:~:text=De%20fa%C3%A7on%20plus%20officielle%2C%20la,la%20modification%20de%20l%27environnement>>. Acesso em : 16 aug.2022.

MAXWELL.F de.Oliveira. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**, Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011.

MINISTÈRE DE L'ENVIRONNEMENT ET DU DÉVELOPPEMENT DURABLE. Stratégie et plan d'action nationaux de la biodiversité (2016-2020). Disponible em: <https://rris.biopama.org/sites/default/files/2019-04/RDC_Strat%C3%A9gie%20et%20plan%20d%E2%80%99action%20nationaux%20de%20la%20Biodiversit%C3%A9.pdf>. Acesso em: 01 dez.2022.

MUANDA, A. Les députés rebondissent sur le projet d'éducation environnementale en République Démocratique du Congo, **Environews-RDC**, 2021. Disponible em: <<https://www.environews-rdc.org/2022/11/05/environnement-les-deputes-rebondissent-sur-le-projet-deducation-environnementale-en-rdc>>. Acesso em: 01 nov.2022.

MUNKUOMO, G.J.R. Contraintes et défis de l'écologie urbaine en République Démocratique du Congo, international journal of innovation and applied studies, vol.30, no.1, pp.35-44. July 2020. Disponible em: <<http://www.ijias.issr-journals.org/abstract.php?article=IJIAS-20-143-01>>. Acesso em: 18 dez.2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Déclaration de Tbilissi**,. Disponible em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000032763_fre>. Acesso em: 17 jul.2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Principes directeurs de l'Unesco pour l'éducation interculturelle**, Disponible em: <<https://www.gcedclearinghouse.org/sites/default/files/resources/%5BFRE%5D%20Principes%20directeurs%20de%20l%27UNESCO%20pour%20l%27%C3%A9ducation%20interculturelle.pdf>>. Acesso em: 17 jul.2022.

PHILLIPPI JR, A; ROMÉRO, M, de A; BRUNA, G. Uma introdução à questão ambiental. In: **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri,SP: Manole, 2004 – recurso online ISBN 9788520443200. (Livro eletrônico/Minha Biblioteca)

RABINOVICH, Andrea; NEIMAN, Zysman. **Princípios e Práticas de Educação Ambiental**, Diadema – SP, V&V Editora, 2022.

REBOUL, Olivier. **Qu'est-ce que l'éducation ? La philosophie de l'éducation**. Paris, France: Presses Universitaires de France, 2010.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO, LOI-CADRE n° 14/004 du 11 Février 2014 DE L'ENSEIGNEMENT NATIONAL, Disponível em: < <https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/101404/122157/F920043169/COD-101404.pdf>>. Acesso em: 12 nov.2022

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO, **LOI N° 11/009 DU 09 JUILLET 2011 PORTANT PRINCIPES FONDAMENTAUX RELATIFS A LA PROTECTION DE L'ENVIRONNEMENT**. Disponível em: < <https://medd.gouv.cd/loi-n-11-009-du-09-juillet-2011-portant-principes-fondamentaux-relatifs-a-la-protection-de-lenvironnement/#:~:text=%26%20R%C3%A9gl.,LOI%20N%C2%B0%2011%2F009%20DU%2009%20JUILLET%202011%20PORTANT,LA%20PROTECTION%20DE%20L'ENVIRONNEMENT&text=aux%20dangers%20pr%C3%A9visibles%20de%20sa%20d%C3%A9gradation.&text=halieutiques%2C%20et%20la%20d%C3%A9t%C3%A9rioration%20d%20>>. Acesso em: 03 nov.2022

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso em: 17 jul.2022.

ROBERTO, José M. O que é gestão ambiental. Disponível em: < <https://www.ibccoaching.com.br/portal/rh-gestao-pessoas/o-que-e-gestao-ambiental/>>. Acesso em: 28 jun.2022.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas,. **Curso básico de gestão ambiental**. Brasília, Ed. Sebrae, 2004.

SHELTON, Dinah ; KISS, Alexandre. **Manuel judiciaire de droit de l'environnement**. Nairobi, 2006

Translators without Borders : Les quatre langues nationales de la RDC (FR). Disponível em: <<https://translatorswithoutborders.org/les-quatre-langues-nationales-de-la-rdc>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ZIAKA, Y ; ROBICHON, P ; SOUCHON, C. **Éducation à l'Environnement : Six propositions pour agir en citoyens**. Paris : Edition Charles Léopold Mayer, 2002.

ZIKMUND,W.G. **Business research methods**. 5. ed. Fort Worth,TX: Dryden, 2000.